

Jornal do Campus Ano 15
10/10/96
class. Ava - Canoeiro
195

TERRA

Funai e Furnas protegerão índios Avá-Canoeiro

Furnas e Funai (Fundação Nacional dos Índios) assinaram um convênio em junho de 1992 para proteger e compensar os índios Avá-Canoeiros pelos danos causados pela Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. A usina vai alagar 10% da área de 38 mil hectares das terras indígenas onde vivem 6 Avá-Canoeiros. Os índios foram removidos no dia 10 de setembro para uma nova moradia.

Há dois séculos, os Avá eram 2500 ao todo, em 1850 passaram para 1100 e 100 anos depois restavam apenas 200. Em 1970, havia apenas 100. Essa história de massacres levou os avá-canoeiros às vias de extinção. Chamados canoeiros pela habilidade com a canoa, os Avá vivem no centro-sul goiano e Distrito Federal. Por ser uma área muito ocupada, escondem-se e não se fixam em lugar nenhum. A presença deles só é notada quando começa a haver saques em roças e abates de animais. Poresse motivo, sempre foram muito perseguidos por fazendeiros da região.

É difícil dizer com precisão o número dos Avá, pois muitos estão divididos em grupos "arredios", vivendo isolados. O convênio Furnas-Funai pode ser positivo ao colaborar com o conhecimento e a localização destes índios.

Porém, Leinad Ayer de Oliveira, coordenadora da Comissão Pró-Índio, teme o acordo de Furnas com um parceiro desconhecido, já que a Nacional Energética, sócia de Furnas no empreendimento, será leiloada. E lembra também que os índios foram removidos sem a autorização do Congresso. Segundo o Dr. Wellington Lima, do Departamento do Meio Ambiente de Furnas, não há o que temer, pois os acordos já estão assinados. Disse, ainda, que todas as ações estão sendo feitas com o apoio da Funai e conhecimento do Ministério Público.

MZ

Justiça impede usina de operar

Hidrelétrica de Serra da Mesa adia enchimento do reservatório devido a problemas ambientais; milhares de pessoas moram na área, que inclui terras indígenas e vários sítios arqueológicos

A Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, no rio Tocantins, em Goiás, foi impedida de encher seu reservatório na data prevista, 01/10. Inundando uma área maior que a da cidade de São Paulo, o lago, atingirá, pelo menos, mil famílias e alagará uma grande área de cerrado, incluindo sítios arqueológicos, uma fauna rica e 10% de uma reserva indígena.

A decisão de não fechar as comportas da usina partiu da Procuradoria Federal do Ministério Público de Tocantins, que concederam uma liminar considerando omissos e poucos específicos os Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) fornecidos por Furnas - Centrais Elétricas S.A, empresa estatal e subsidiária da Eletrobrás que controla o empreendimento. Para o funcionamento de hidrelétricas, a Constituição exige a apresentação e aprovação pelos órgãos ambientais

(no caso a FEMAGO - Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Goiás), de um diagnóstico da área, com a descrição da proposta e suas alternativas, além da avaliação dos impactos ao local.

Outro agravante é o alagamento de 10% da reserva dos índios Avá-Canoeiros. Pelas leis, a exploração de recursos hídricos em terras indígenas precisa da aprovação do Congresso Nacional, o que ainda precisa acontecer.

Furnas alega ter elaborado 17 programas adequados para prevenir, minimizar e compensar impactos ambientais. Um deles tem a participação do professor do Instituto de Biociências da USP, Miguel Rodrigues, e prevê o resgate de animais da área. Para ele, o estudo científico da fauna será favorecido: "Serra da Mesa é o primeiro grande projeto com uma preocupação constante em manter um registro de dados, tirando o máximo proveito que isso vai causar na natureza". Wellington M. Lima, do Depar-

tamento de Meio Ambiente de Furnas, questiona a liminar apresentada. Segundo ele, participam dos projetos instituições extremamente capazes, como as Universidades Federais de Goiás e Minas Gerais. Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está envolvido na questão arqueológica: "São mais de 200 sítios em vias de salvamento. Nunca uma instituição do país fez um trabalho tão sério".

Impacto

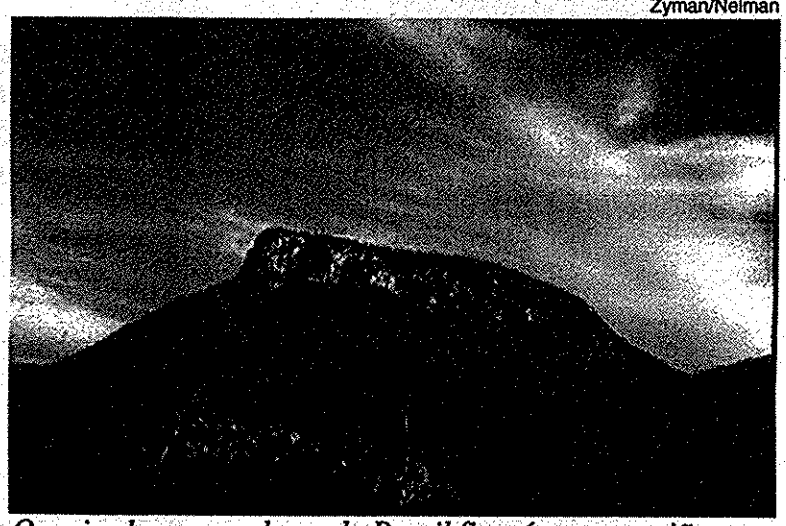
A área alagada será de 1784 Km² e afetará oito municípios. Com a potência de 1200 MW, a usina pretende diminuir o risco de racionamento de energia elétrica no país, possibilitando também o crescimento econômico da área.

Furnas previu indenizações e reassentamentos para as famílias atingidas, porém, segundo a coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Silvani Alves, essas indenizações são

irrisórias e muitas vezes feitas sob pressão. Ela declara que os advogados de Furnas ameaçam fazer os moradores brigarem na justiça para conseguirem dinheiro que, nesse meio tempo, desvaloriza-se. Para o professor do Instituto de Eletrotécnica da USP, Ildo Sauer, Furnas preocupa-se mais com a questão legal do que com a dignidade das pessoas: "Há um abuso porque elas têm um baixo nível de educação formal".

Silvani reclama, ainda, da não-divulgação, por Furnas, da lista de famílias a ser indenizadas e das que serão realocadas. Isso impede ações conjuntas da sociedade. Furnas alega que a área é rural, com propriedades distantes umas das outras: "não há comunidades como nos assentamentos do sul".

Por 18 meses, 43 Km do rio Tocantins depois da barragem deverão secar. Além das consequências



Zyman/Nelman

O maior lago em volume do Brasil ficará nessa região

ambientais, esse fato atrairá garimpeiros. Segundo a Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, há pelo menos 9000 deles esperando para começar a garimpagem. Esse número pode ser multiplicado por quatro, pois o grupo vem acompanhado de comerciantes, familiares e outros serviços. A região não está preparada para esse contingente e há, ainda, o problema da disseminação de doenças. Dr. Wellington afirma que Furnas dará apoio às autoridades governamentais no sentido de resolver esses proble-

mas. A empresa atribui a responsabilidade pelos problemas com a população ao INDAG (Instituto Nacional de Desenvolvimento de Goiás) e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Mas a Comissão do Meio Ambiente responde que uma obra dessa dimensão deve prever tais situações: "É responsabilidade de Furnas, sim, prevenir os impactos ambientais sejam eles quais forem".

Manoela Ziggiatti

Usina hidrelétrica inaugura parceria com setor privado

A Hidrelétrica de Serra da Mesa é a primeira experiência do setor privado em geração de energia. A estatal Furnas não tinha dinheiro para a obra e, por isso, associou-se à Nacional Energética, empresa privada pertencente ao Banco Nacional de Investimentos. Por conta do financiamento, a Nacional Energética tem direito a 51,54% da energia gerada pela usina.

A ironia é que para conseguir o dinheiro, a Nacional Energética pediu um empréstimo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), isto é, ao governo. Além disso, o Banco Nacional é, hoje, controlado pelo Banco Central. Ou seja, a parceria com o setor privado falhou e o Estado acabou bancando todas as despesas.

Agora, o BNDES não quer mais financiar o Banco Nacional porque este não tem linha de crédito e a Nacional Energética

fica, por tabela, sem recursos para investir em Serra da Mesa. Aí está um dos motivos para o BC querer vender essa empresa. Não há interesse em comprá-la porque a correção das tarifas da venda de energia é inferior à das dívidas da empresa. E mais, os custos de transmissão de energia não estão definidos, o que pode acarretar riscos ao comprador.

Por outro lado, se Serra da Mesa não entrar em funcionamento, o Brasil pode enfrentar problemas de energia, como explica Paulo Ludmer, diretor executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia: "Com racionamento haverá adiamento de investimentos, menos arrecadação de impostos, empregos e exportações. O país pode mergulhar numa turbulência que sabemos o início mas não o fim". (MZ)

